EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2023

REGISTRO DE PREÇOS

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do **POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO**, doravante denominado **PMES**, realizará licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", sob o critério **"menor preço por lote"**, por meio do site www.compras.es.gov.br, para **REGISTRO DE PREÇOS DE SUPRIMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES**, conforme Processo **2023-N8P0R**, devidamente aprovado pela autoridade competente. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela **Portaria (PMES) nº 113-S, de 27 de fevereiro de 2023, publicada em 27/02/2023**, nos termos da Lei 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei 8.666/1993, do Decreto estadual 1.790-R/2007 e do Decreto estadual 2.458-R/2010, bem como da Portaria SEGER/PGE/SECONT Nº 049-R/2010, e demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, por inserção e monitoramento de dados inseridos no aplicativo "Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA", no endereço www.compras.es.gov.br, conforme indicado abaixo:

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ÀS 10:00 horas do dia 13/09/2023.

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ÀS 09:45 horas do dia 26/09/2023.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 09:45 horas do dia 26/09/2023.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: ÀS 10:00 horas do dia 26/09/2023.

1.3 - Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelos do Edital

Anexo III – Exigências de Habilitação

Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 1 / 76

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto deste Pregão é o **REGISTRO DE PREÇOS DE SUPRIMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES**, para posterior fornecimento, conforme especificações do Anexo I do presente Edital.

2.2 - O recebimento do objeto se fará na forma estabelecida no Anexo I do presente Edital e no instrumento contratual.

3 - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 - A POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO será responsável pelo gerenciamento, orientação e controle do presente sistema de registro de preços.

3.2 - Participam, ainda, deste certame os seguintes órgãos da Administração Pública Estadual:

I. **IASES – INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO;**

II. **JUCEES – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO;**

III. **SECTI – SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.**

3.3 - Fica facultada a adesão de outros órgãos interessados ao presente sistema de registro de preços, durante a sua vigência, desde que autorizado pelo órgão gerenciador e mediante aceitação de fornecimento pelo licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços, tudo em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 17 do Decreto Estadual 1.790/2007.

4 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

4.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

4.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

5 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

5.1 - A estimativa de consumo mínimo e máximo obedecerá ao disposto no Anexo I.

5.2 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 2 / 76

8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas inerentes a este Pregão correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

7 - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

7.1 - O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento das mesmas, conforme indicado neste edital.

8 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

8.1 - O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário fixados para início da disputa.

9 - REFERÊNCIA DE TEMPO

9.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília–DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

10.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

10.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

10.2.1 - estejam constituídos sob a forma de consórcio;

10.2.2 - estejam cumprindo as penalidades previstas no art. 87, III, da Lei 8.666/1993, desde que não haja disposição expressa limitando os seus efeitos à esfera do ente sancionador;

10.2.3 - estejam cumprindo a penalidade prevista no art. 87, IV, da Lei 8.666/1993, ainda que impostas por ente federativo diverso do Espírito Santo;

10.2.4 - estejam cumprindo penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, desde que a decisão proferida pelo ente sancionador amplie, expressamente, os seus efeitos aos demais órgãos da Administração Pública Nacional.

10.2.5 - estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 3 / 76

10.2.5.1 - Caso o licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada na fase de habilitação a sentença homologatória do plano de recuperação judicial;

10.2.6 - não cumpram o disposto no art. 9º da Lei 8.666/1993 e alterações.

11 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

11.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

11.1.1 - coordenar o processo licitatório;

11.1.2 - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

11.1.3 - conduzir a sessão pública na internet;

11.1.4 - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

11.1.5 - dirigir a etapa de lances;

11.1.6 - verificar e julgar as condições de habilitação;

11.1.7 - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

11.1.8 - registrar os preços ofertados na Ata de Registro de Preços, desde que compatíveis com as condições estabelecidas neste edital;

11.1.9 - conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

11.1.10 - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES

12.1 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

12.1.1 - credenciar-se, previamente, junto ao Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES, por meio do sítio www.compras.es.gov.br, para obtenção da senha de acesso ao sistema eletrônico de compras;

12.1.2 - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

12.1.3 - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 4 / 76

sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

12.1.4 - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

12.1.5 - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

12.1.6 - utilizar-se da chave de identificação (login) e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

12.1.7 - solicitar o cancelamento da chave de identificação (login) ou da senha de acesso por interesse próprio;

12.1.8 - submeter-se às exigências do Decreto Estadual 2.458/2010, do Decreto Estadual 2.849-R/2011, da Lei 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/1993, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

12.2 - O fornecedor descredenciado no CRC/ES terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

13 - DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA

13.1 - Os licitantes deverão ser previamente credenciados perante o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio do site www.compras.es.gov.br, para obtenção de acesso ao sistema eletrônico de licitação.

13.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de login e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, identificado pelo status "com certificado".

13.3 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

13.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

13.5 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 5 / 76

13.6 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

14 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão.

14.2 - A impugnação deverá ser feita, de forma motivada, em campo próprio do sistema, podendo ser anexados documentos digitalizados em formato "pdf", ou protocolizada no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, somente sendo aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo(s) impugnante(s).

14.3 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

14.4 - Caso o pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a autoridade competente – ordenadora da despesa - a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do pregoeiro.

14.5 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame

14.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste edital, devendo o pregoeiro prestar o esclarecimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

14.7 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

15.1 - Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e com o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando a data e o horário limite para o seu acolhimento, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

15.1.1 - O licitante vencedor deverá indicar a marca e o modelo do produto oferecido, podendo anexar ficha ou catálogo dos produtos.

15.1.2 - A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 6 / 76

15.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

15.3 - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

15.4 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo de qualquer sanção criminal cabível.

15.5 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

15.6 - Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.7 - A proposta comercial vencedora deverá ser apresentada no prazo referido no item 17.2, em conformidade com o modelo contido no ANEXO II, acompanhada de todos os documentos nele enumerados, observando-se o que se segue, sem prejuízo para as demais instruções constantes deste edital e seus anexos:

15.7.1 - Digitá-la, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação, ao contrato, das normas e critérios deste Edital;

15.7.2 - Assinar a proposta na parte final e rubricá-la em todas as suas folhas.

16 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1 - Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por lote.

16.2 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

16.3 - A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

16.4 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet, no seguinte sítio eletrônico: www.compras.es.gov.br

16.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, que será ativado a critério do pregoeiro.

16.6 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 7 / 76

16.7 - Classificadas as propostas, considerando-se o critério de menor preço unitário, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

16.8 - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

16.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

16.10 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

16.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

16.12 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

16.13 - Na fase competitiva do pregão, o intervalo entre os lances enviados obedecerá a seguinte regra:

16.13.1 - O menor lance registrado só poderá ser coberto após o intervalo de 3 (três) segundos;

16.13.2 - Após enviar um lance, o licitante aguardará 20 (vinte) segundos para envio do próximo, independentemente de ser ou não o melhor lance vigente;

16.13.3 - Caso o detentor do menor lance registrado tenha seu preço coberto por outro licitante, ele passa a aguardar 3 (três) segundos para envio de novo lance.

16.13.4 - A regra dos 3 (três) segundos não se aplica aos lances superiores ao menor lance registrado, que observarão a regra do item 16.13.2.

16.13.5 - Os lances enviados em desacordo com os itens anteriores serão descartados automaticamente pelo sistema.

16.13.6 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

16.13.7 - Na hipótese do inciso anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

16.14 - Na fase competitiva da sessão pública, o tempo normal de disputa será encerrado por decisão do pregoeiro, o que deverá ser comunicado aos licitantes com antecedência mínima de um minuto, iniciando-se, após isso, o tempo aleatório de disputa no sistema.

16.15 - No decurso do tempo aleatório concedido pelo sistema para oferecimento de lances, o sistema eletrônico encerrará, aleatoriamente, dentro de um período de até 30

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 8 / 76

(trinta) minutos, a recepção de lances, após encerramento do tempo normal pelo pregoeiro.

16.16 - Após o encerramento da etapa aleatória de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

16.17 - Na hipótese de comparecer apenas 01 (um) licitante na sala de disputa, passar-se-á, automaticamente, à fase de contraproposta.

16.18 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.19 - Logo após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

16.19.1 - A Administração declarará no sistema que ocorreu o empate descrito acima e, desde já, convocará a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de decadência de seu direito de preferência, apresentar nova proposta inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame;

16.19.2 - Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances, o pregoeiro deverá informar aos licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior;

16.19.3 - Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital;

16.19.4 - O pregoeiro deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regras estabelecidas neste edital;

16.19.5 - Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que apresentou a melhor proposta, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas remanescentes, observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 9 / 76

16.19.6 - Caso não ocorra a contratação de microempresas, empresa de pequeno porte ou equiparada nos termos dos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

16.20 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

16.21 - Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

17 - DO PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO

17.1 - Encerrada a etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado, a sua exequibilidade e adequação do objeto e, depois, solicitará a apresentação da Proposta Comercial e seus anexos (Anexo II.A) e dos Documentos de Habilitação (Anexo III).

17.2 - A Proposta Comercial e seus anexos e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, facultando-se o envio por e-mail em formato "PDF" (licitacoes.cpl@pm.es.gov.br).

17.2.1 - Quando a Proposta Comercial e seus anexos e os Documentos de Habilitação forem remetidos por meio eletrônico (e-mail), o Pregoeiro poderá, se entender necessário, solicitar a apresentação na forma original ou por cópia, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita no sistema eletrônico e por e-mail.

17.2.2 - Quando enviados por correio, deverá ser utilizado o SEDEX, com REGISTRO e, se solicitado, deverá o licitante fornecer o código para rastreamento, sendo que exclusivamente se atendidas estas condições o prazo de entrega será considerado atendido na data de postagem dos documentos.

17.2.3 - No caso de contratação em que se exija a apresentação de planilhas de composição de preços, o Pregoeiro poderá, se entender necessário, solicitar sejam encaminhadas também por e-mail, em arquivo em formato editável, no mesmo prazo fixado para a Proposta Comercial, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

17.3 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

(a) Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES (https://www.siga.es.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/tabbasicas/FornecedoresSancionadosPageList.jsp?opcao=todos).

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 10 / 76

(b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

17.3.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

17.3.2 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

17.4 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

17.5 - A habilitação do licitante que se declarar cadastrado no CRC/ES, no que tange exclusivamente aos documentos por ele abrangidos, será verificada por meio de consulta efetuada pelo Pregoeiro. O registro no CRC/ES não dispensa o licitante de encaminhar nos mesmos prazos os documentos não compreendidos no referido cadastro, ou que já estiverem vencidos.

17.6 - Em se tratando de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para fins de formalização da contratação, mas o licitante deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de tal comprovação, mesmo que esta apresente alguma restrição, observadas as regras do Anexo III.

17.6.1 - O motivo da irregularidade fiscal e trabalhista pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

17.7 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

17.8 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

17.9 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

18 - DOS RECURSOS E DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1 - No mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência, o Pregoeiro deverá comunicar aos licitantes, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada e por e-mail, data e hora em que declarará o vencedor do certame.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 11 / 76

18.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

18.4 - Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela efetuada via eletrônica – internet -, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

18.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.7 - Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, registrados em campo próprio e anexados documentos digitalizados em formato "pdf". Somente serão aceitas razões assinadas pelos recorrentes.

18.8 - Todos os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata.

18.9 - A minuta da ata da sessão pública será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o seu encerramento. A versão definitiva da ata será disponibilizada após a adjudicação do certame.

19 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR A ATA

19.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19.2 - Após a homologação referida no item anterior, o licitante vencedor de cada lote será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

19.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 12 / 76

20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 10.520/2002, o licitante ou adjudicatário que:

20.1.1 - Não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 - Não retirar o instrumento que substitui o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos;

20.1.4 - Apresentar documento falso;

20.1.5 - Ensejar o retardamento da licitação;

20.1.6 - Não mantiver a proposta;

20.1.7 - Cometer fraude fiscal; ou

20.1.8 - Comportar-se de modo inidôneo.

20.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 90 a 97 da Lei 8.666/1993 e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

20.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

20.3.1 - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

20.3.2 - Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme o art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

20.4 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

20.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal o disposto no termo de contrato ou no termo de referência quanto ao procedimento e outras condições.

20.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no termo de contrato ou no termo de referência.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 13 / 76

21 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - O **preço global máximo** admitido para o presente processo licitatório é de:

Lote 01 – R$ 852.680,00 (oitocentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e oitenta reais).

Lote 02 – R$ 2.263.971,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e três mil e novecentos e setenta e um reais).

21.2 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.3 - Ao apresentar a proposta, o licitante assume que está fazendo isso de forma absolutamente independente e que, acaso se apresente, em qualquer momento, a formação de cartel ou qualquer conluio, a Administração adotará os meios necessários para as devidas averiguações e as respectivas sanções.

21.4 - É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.

21.5 - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

21.6 - Em caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.

21.7 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

21.8 - Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do pregoeiro.

21.9 - Em se tratando de licitação cujo objeto esteja agrupado em lotes, é possível e lícita a adjudicação e homologação da licitação, por lote, ainda que o sistema eletrônico adotado pela Administração Pública Estadual não esteja adequado para tanto, devendo constar despacho fundamentado no respectivo processo administrativo, atestada a inexistência de recurso pendente de apreciação.

21.9.1 - Adjudicado o objeto e homologado o certame por lote, o Pregoeiro deverá providenciar a publicação do resultado da licitação quanto ao respectivo lote e, no momento oportuno, atualizar as informações no sistema eletrônico.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 14 / 76

21.10 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.11 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

21.12 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

21.13 - A participação do licitante nesta licitação, implica aceitação de todos os termos deste Edital.

21.14 - Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário do certame, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

21.15 - a autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.16 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do ajuste.

21.17 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Vitória-ES, 12 de setembro de 2023.

_____

BRUNO CARDOSO PORTELA – CAP QOCPM
Pregoeiro Oficial da PMES

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 15 / 76

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - Aquisição conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

LOTE 01								
ITEM	CÓD. SIGA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE GLOBAL	QTD PMES		VALOR	
					MIN	MÁX	UNIT	TOTAL
01	265992	TELEFONE IP BÁSICO	UNID.	1250	200	1000	R$ 526,30	R$ 657.875,00
02	265993	TELEFONE IP AVANÇADO TIPO 1	UNID.	195	30	60	R$ 999,00	R$ 194.805,00
						VALOR TOTAL	R$ 1.525,30	R$ 852.680,00

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 16 / 76

LOTE 02								
ITEM	CÓD. SIGA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE GLOBAL	QTD PMES		VALOR	
					MIN	MÁX	UNIT	TOTAL
01	265995	GATEWAY FXS 24 PORTAS	UNID.	98	10	30	R$ 6.037,00	R$ 591.626,00
02	265996	GATEWAY FXS 8 PORTAS	UNID.	55	10	30	R$ 4.903,00	R$ 269.665,00
03	265997	GATEWAY FXS 4 PORTAS	UNID.	45	5	20	R$ 4.500,00	R$ 202.500,00
04	265998	GATEWAY FXO 4 PORTAS	UNID.	45	5	20	R$ 4.670,00	R$ 210.150,00
05	266085	GATEWAY SIP/ISDN	UNID.	38	3	10	R$ 12.995,00	R$ 493.810,00
06	265999	GATEWAY SIP/GSM	UNID.	43	5	15	R$ 11.540,00	R$ 496.220,00
VALOR TOTAL							R$ 44.645,00	R$ 2.263.971,00

VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 3.116.651,00 (TRÊS MILHÕES, CENTO E DEZESSEIS MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E UM REAIS).

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 17 / 76

1.2 - A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima, importará em desclassificação do licitante.

1.3 - CLASSIFICAÇÃO COMO BENS COMUNS

1.4 - Caso existam divergências entre o disposto neste Edital e no sistema eletrônico quanto à descrição do objeto, deverá ser observada a redação contida neste instrumento convocatório.

2 - JUSTIFICATIVAS

2.1 - Conforme ANEXO I-A – TERMO DE REFERÊNCIA.

2.2 - OPÇÃO PELO REGISTRO DE PREÇOS

3 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

Item	Unid	Descrição	Lote	IASES Solicitado	JUCEES Solicitado	PMES Solicitado	SECTI Solicitado	Total
1	UNIDADE	TELEFONE IP BASICO; HOMOLOGADO ANATEL; MINIMO DUAS CONTAS SIP	LT 001	200	40	1000	10	1250
Total				200	40	1000	10	1250
2	UNIDADE	TELEFONE IP AVANCADO TIPO 1; HOMOLOGADO ANATEL; MINIMO QUATRO CONTAS SIP; LCD COLORIDO 320X240 PIXEL	LT 001	100	15	60	20	195
Total				100	15	60	20	195
4	UNIDADE	GATEWAY FXS 24 PORTAS RJ11; 24 CANAIS VOIP; HOMOLOGADO ANATEL	LT 002	15	3	30	50	98
Total				15	3	30	50	98
5	UNIDADE	GATEWAY FXS 8 PORTAS RJ11; 8 CANAIS VOIP; HOMOLOGADO ANATEL	LT 002	15	0	30	10	55
Total				15	0	30	10	55
6	UNIDADE	GATEWAY FXS 4 PORTAS RJ11; 4 CANAIS VOIP; HOMOLOGADO ANATEL	LT 002	15	0	20	10	45
Total				15	0	20	10	45
7	UNIDADE	GATEWAY FXO 4 PORTAS RJ11; 4 CANAIS VOIP; HOMOLOGADO ANATEL	LT 002	15	0	20	10	45
Total				15	0	20	10	45

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 18 / 76

Item	Unid	Descrição	Lote	IASES Solicitado	JUCEES Solicitado	PMES Solicitado	SECTI Solicitado	Total
8	UNIDADE	GATEWAY SIP/ISDN - MINIMO QUATRO INTERFACES E1 COM CONECTOR BNC COAXIAL E DUAS INTERFACES DE REDE ET	LT 002	15	3	10	10	38
Total				15	3	10	10	38
9	UNIDADE	GATEWAY SIP/GSM; MINIMO OITO PORTAS GSM; OITO CHAMADAS SIMULTANEAS; HOMOLOGADO ANATEL;	LT 002	15	3	15	10	43
Total				15	3	15	10	43

3.1 - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada conforme planilha acima (GLOBAL).

3.2 - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada conforme item 1 (PMES).

3.3 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

3.4 - A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

(a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens 3.1 a 3.3;

(b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 3.1;

(c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

4 - DA QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS A SEREM COTADOS

4.1 - Não será admitida cotação inferior à quantidade máxima prevista.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 19 / 76

ANEXO I-A – TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES PARA INTEGRAÇÃO DO SERVIÇO STFC AO SISTEMA DE DESPACHO DE COMUNICAÇÃO OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DA PMES

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto registrar os preços de suprimentos de telecomunicações para integração do serviço de STFC ao sistema de despacho de comunicações operacionais e administrativas da PMES, com curso técnico objetivando a utilização destes suprimentos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Este termo de referência tem por finalidade apresentar as condições para fornecimento de equipamentos para interoperabilidade de redes, entre sistema LMR (Land Mobile Radio) e STFC (Serviço de Telefonia Fixa Comutada);

O sistema de despacho das comunicações de rádio da PMES se dá através de um sistema de consoles IP, onde são feitas as integração e controle das comunicações do sistema de LMR;

O sistema de radiocomunicação da PMES é classificado como sistema de missão crítica e por consequência, seu gerenciamento e supervisão são atividades que deverão ser realizadas com critério e rigor de forma a não permitir o comprometimento das operações da PMES.

Para que haja comunicação e respostas ágeis e eficientes é necessário a integração de todos os tipos de comunicação utilizados pela PMES para coordenação de suas atividades de operações rotineiras e especiais;

Desta forma a integração da telefonia e do rádio para que as equipes de campo e os Centros de Controle Operacionais – CCO's, possam se comunicar aproveitando a mesma plataforma de despacho é a eficiência para respostas ágeis e eficazes nas operações;

A plataforma de despacho das comunicações de rádio da PMES já está preparada para integração com infraestrutura de redes celulares 4G ou LTE (POC) com comunicação PTT (Push-to-Talk) e via satélite;

Dessa forma para que seja possível a integração do STFC com o sistema de despacho de rádio são necessários aquisição de alguns equipamentos de telefonia IP (Internet Protocol);

No contexto da telefonia, destaca-se a Telefonia IP, a qual utiliza o protocolo de rede IP como meio de transporte das informações de voz. Essa abordagem traz diversas

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 20 / 76

características positivas e desejáveis a uma instalação de telecomunicações, entre as quais destacamos:

· Utilização de uma infraestrutura compartilhada para o fornecimento dos serviços de comunicação para dados e voz;

· Possibilidade de instalação do PABX em uma infraestrutura totalmente distinta de onde os terminais "aparelhos telefônicos" serão utilizados;

· Possibilidade de uso de criptografia para segurança das chamadas;

· Possibilidade de separar o fluxo de sinalização do fluxo de voz;

· Adição de recursos multimídia às chamadas, como texto, imagem e vídeo;

· Permite a utilização de Smartphones para despacho das comunicações de rádio utilizando redes de dados do Serviço Móvel Pessoal;

· Possibilidade do uso de computadores como terminais para comunicação telefônica com a utilização de softphones;

Somado aos fatos já citados acima, vale ressaltar que a Telefonia IP é o ramo para o qual todo o setor de telefonia está migrando, desde as grandes operadoras até os pequenos escritórios. Ou seja, investir em telefonia IP, além de propiciar a redução de custos na aquisição de equipamentos e instalações, permitirá estarmos atualizado com o que há de novo no desenvolvimento da área de telefonia, ao mesmo tempo em que manterá a qualidade dos serviços legadas das redes de telefonia convencional.

Diante do exposto, a aquisição dos equipamentos objeto deste Termo de Referência, se faz necessária para que possamos construir um ambiente único para gerenciamento e controle de todas as comunicações operacionais da PMES.

Nesse sentido, a solução proposta utilizará a rede de dados para o transporte da voz, por meio do protocolo SIP (Session Initiation Protocol), tendo como elemento principal o Sistema de gerenciamento das consoles, que será o responsável por executar as funções da central telefônica (PABX) além da integração com o sistema de radiocomunicação.

2.1. BENS/SERVIÇOS COMUNS:

Considerando que o objeto em questão trata exclusivamente de aquisição de equipamentos de comunicação, amplamente ofertados pelo mercado e consumidos por diversas instituições públicas.

Considerando ainda o disposto no Acórdão TCU 2471-2008 – Plenário, os bens e serviços de TIC devem, via de regra, ser considerados comuns para fins de utilização da modalidade Pregão, conforme disposto a seguir:

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 21 / 76

- "Devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de tecnologia da informação geralmente atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos e a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Logo, via de regra, esses bens e serviços devem ser considerados comuns para fins de utilização da modalidade Pregão (Lei nº 10.520/2002, art. 1º)";

- "Em geral, nem a complexidade dos bens ou serviços de tecnologia da informação nem o fato de eles serem críticos para a consecução das atividades dos entes da Administração descaracterizam a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado. Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão (Lei nº 10.520/2002, art. 1º, e Acórdão nº 1.114/2006 – Plenário)";

Considera-se, portanto, os bens e serviços a serem contratados como comuns, pois têm especificações usuais, caracterizando-se por padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos e entendidos pelo mercado, na forma do Decreto Estadual nº 2.458-R/2010.

2.2. **REGISTRO DE PREÇOS:**

A aquisição dos equipamentos dar-se-á na forma de Ata de Registro de Preços, modalidade essa que atende melhor as perspectivas e necessidades da PMES. Pois é importante destacar que os equipamentos e componentes eletrônicos que compõem o sistema de telefonia da PMES operam diuturnamente e estão sujeitos a desgastes excessivos, o que compromete a sua vida útil, além de estarem sujeitos a outras intempéries que limitam o seu regular funcionamento.

A impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Seção de Comunicação/DTIC, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com as demandas, fortalece essa modalidade de licitação.

Para fazer frente ao volume de serviços em que a DTIC é demandada, e manter o sistema de telefonia em operação, faz-se necessário um investimento em produtos e equipamentos que permitam a ampliação e substituição, com menor custo e menor tempo para a execução dos serviços.

A adoção do sistema de registro de preço também pode ser justificada pela forma de demanda desses equipamentos, considerando a estrutura organizacional em constante movimentação da PMES. Os quantitativos de aparelhos IP e gateways podem variar de

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 22 / 76

acordo com a movimentação dos colaboradores dentro da estrutura da PMES, que ocorre conforme a necessidade e de forma independente da programação.

Ao utilizar um sistema de registro de preço, a PMES estabelece uma lista de preços para os equipamentos desejados, permitindo agilidade e flexibilidade na aquisição. Isso significa que, quando houver a necessidade de adquirir esses itens, não será necessário passar por todo o processo de licitação novamente. Em vez disso, a PMES poderá fazer uso do sistema de registro de preço para efetuar a compra diretamente com os fornecedores pré-qualificados, de acordo com as condições estabelecidas previamente.

Dessa forma, o sistema de registro de preço atende às necessidades da PMES ao permitir uma resposta ágil e eficiente às demandas de equipamentos de telecomunicações, considerando a dinâmica da movimentação dos colaboradores dentro da estrutura da organização.

Assim, na medida em que os equipamentos e materiais vão apresentando problemas e necessitam de correções e desta forma, não é possível prever com total exatidão o quantitativo de materiais e serviços que serão demandados.

> "Art. 4º Será adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços nas seguintes hipóteses:"
>
> I - Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.
>
> II - Quando for mais conveniente à aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para desempenho de suas atribuições.
>
> III - Quando for conveniente a aquisição de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou programas de governo.

Essas razões justificam a adoção do sistema de registro de preços e se enquadram perfeitamente ao disposto no Decreto Estadual nº 3.540-R/2014, e suas modificações, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública Estadual.

2.3. **LOTES**

Foram aglutinados a compra em dois lotes distintos: um para equipamentos telefônicos e outro para gateways. Essa abordagem foi adotada devido às particularidades da solução em questão, com o objetivo de assegurar a compatibilidade e interoperabilidade entre os equipamentos fornecidos, englobando todas as suas funcionalidades de hardware e software. Dessa forma, busca-se atender plenamente ao escopo do projeto.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 23 / 76

A interoperabilidade deve ser entendida, como uma característica que se refere à capacidade dos suprimentos de telecomunicação a serem adquiridos, de conseguir trabalhar em conjunto (interoperar), de modo, à garantir a integração do serviço STFC ao Sistema de Despacho de Comunicações Operacionais e Administrativas da PMES, e implantação do sistema SIP de telefonia na instituição, permitindo comunicação interna e com outras instituições do Governo Estadual, bem como, comunicação à rede de telefonia externa, além de interação com sistemas computacionais para trocas de informações de maneira eficaz e eficiente.

Insta abordar que o desmembramento em vários itens, produziria dificuldades na gestão contratual, e ainda incorreria em incompatibilidades de equipamentos distintos ofertados, o que possivelmente conduziria à inviabilização da implementação da solução.

O agrupamento dos itens visa tornar o processo de aquisição mais eficiente, tornando o negócio mais atraente e compensatório em termos logísticos ao fornecedor, evitando assim, que o desmembramento em vários itens sofra riscos de apresentarem como: "fracassados" ou "desertos", o que direcionaria, consequentemente, na finalização do processo sem alcançar o objeto pleiteado.

3. DO QUANTITATIVO

Na confecção do presente Termo de Referência, em consonância com os dispositivos legais existentes, foram estabelecidas quantidades máximas e mínimas a serem adquiridas para cada item delimitada dentro do lote a ser licitado, de acordo com as necessidades que forem surgindo ao longo do ano de validade da ARP. Os equipamentos serão instalados para atender todas as unidades da PMES.

Foram convidados diversos órgãos do Estado para participar da ARP, sendo a consulta de caráter geral, conforme documento 2023-NTFFNC, tendo como resultado a tabela abaixo, extraída do documento 2023-TWC6WF.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	SIGA	PMES		IASES	JUCEES	SECTI	TOTAL
				QTD. MIN.	QTD. MAX.	QTD. MAX.	QTD. MAX.	QTD. MAX.	QTD. MAX.
1	1	**TELEFONE IP BÁSICO**	265992	200	1000	200	40	10	**1250**
	2	**TELEFONE IP AVANÇADO TIPO 1**	265993	30	60	100	15	20	**195**
2	1	**GATEWAY FXS 24 PORTAS**	265995	10	30	15	3	50	**98**

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 24 / 76

	2	**GATEWAY FXS 8 PORTAS**	265996	10	30	15	0	10	**55**
	3	**GATEWAY FXS 4 PORTAS**	265997	5	20	15	0	10	**45**
	4	**GATEWAY FXO 4 PORTAS**	265998	5	20	15	0	10	**45**
	5	**GATEWAY SIP/ISDN**	266085	3	10	15	3	10	**38**
	6	**GATEWAY SIP/GSM**	265999	5	15	15	3	10	**43**

4. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1. DA CONTRATANTE

4.1.1. Disponibilizar à CONTRATADA, quando solicitado, toda a documentação e informações inerentes ao objeto contratado;

4.1.2. Pagar regularmente à CONTRATADA o preço estabelecido no contrato, se preenchidos todos os requisitos técnicos e legais;

4.1.3. Coordenar, através da área fiscalizadora do contrato, a execução do objeto pela CONTRATADA, efetuando os registros das ocorrências constatadas;

4.1.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução do objeto;

4.1.5. Informar à CONTRATADA, previamente, qualquer alteração nos horários e dias de cumprimento das tarefas;

4.1.6. Assegurar o acesso dos profissionais enviados pela CONTRATADA, quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais em que devem executar as tarefas

4.2. DA CONTRATADA

4.2.1. Fornecer o objeto solicitado conforme a especificação técnica;

4.2.2. Proceder à troca do equipamento caso seja constatada qualquer

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 25 / 76

anormalidade no produto quando da entrega;

4.2.3. Emitir nota fiscal/fatura obedecendo aos requisitos estipulados neste Termo, protocolando na CONTRATANTE;

4.2.4. Fornece todos os equipamentos e materiais novos e de primeiro uso;

4.2.5. Responsabilizar-se, perante a PMES e/ou terceiros, pela cobertura dos riscos de acidentes de trabalho de seus empregados, prepostos ou contratados, por todos os ônus, encargos, perdas e/ou danos porventura resultantes da execução do objeto;

4.2.6. Obedecer rigorosamente a todas as regulamentações de órgãos oficiais (Órgãos públicos municipais e estaduais, Defesa Civil, Secretaria de Obras Municipais, concessionárias de telefonia e elétrica, Corpo de Bombeiros, entre outros), quando for o caso;

4.2.7. Cabe à quitação de quaisquer custos referente ao pagamento de taxas/impostos aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, quanto ao fornecimento dos equipamentos fornecidos, bem como os custos com o transporte para entrega dos dispositivos adquiridos nos locais indicados neste termo de referência.

4.2.8. Fornecer no ato da assinatura da Ata de Registro de Preço, meios de contatos (telefones e e-mails), mantendo-os devidamente atualizados durante a vigência contratual;

4.2.9. Para a primeira aquisição, a CONTRATADA vencedora do respectivo LOTE, independentemente do número de unidades solicitado, deverá fornecer, além dos materiais, conforme especificado no APENDICE correspondente, o treinamento técnico conforme APENDICE C;

4.2.10. Observar as normas das Políticas da Qualidade e de Segurança da Informação e as demais políticas pré-existentes na PMES quando existentes;

5. DA DOCUMENTAÇÃO E COMISSIONAMENTO

5.1. Após o pregão eletrônico, na fase de classificação (após a etapa de lances), o licitante provisoriamente em primeiro lugar deverá fornecer à comissão de licitação todos os documentos necessários para a homologação dos equipamentos adquiridos, conforme especificações solicitadas no respectivo

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 26 / 76

APÊNDICE.

5.2. Cópia do certificado de homologação ou de registro, expedido pela ANATEL, que autoriza a operação do equipamento no Brasil;

5.3. As certificações listadas e solicitadas neste termo de referência deverão ser fornecidas pelo fabricante, devendo ser apresentadas pela CONTRATADA no ato da homologação dos equipamentos.

5.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, para fortalecer as informações técnicas dos equipamentos ofertados.

5.5. O não atendimento às especificações deste Termo de Referência implicará na inabilitação do licitante.

6. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O CONTRATANTE designará, formalmente, responsável pela fiscalização da execução do objeto, competindo-lhe acompanhar, supervisionar, avaliar e atestar a execução do objeto, efetuando comunicações e notificações necessárias, atestando as notas fiscais/faturas correspondentes, bem como solicitando a eventual aplicação de sanção administrativa, sendo que se não houver o seu ateste acerca do fornecimento dos equipamentos atendendo este Termo de Referência, não será permitido qualquer pagamento referente à parcela afetada

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. A proposta deverá ser apresentada, com valores em real, redigida em português, em formulário oficial da empresa, que contenha a razão social, endereço, telefone, e-mail e CNPJ e nela deverão constar os requisitos a seguir especificados;

7.2. Será exigida da ARREMATANTE, na apresentação da proposta comercial, a identificação completa, como nome do fabricante e modelo dos equipamentos e materiais a serem fornecidos para os itens classificados como material;

7.3. A ARREMATANTE deverá anexar em sua documentação, manuais, folhetos, sites "impressos" da WEB, com suas respectivas URL's para conferência, ou qualquer outro tipo de documento técnico, que efetivamente comprove a

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 27 / 76

existência e aderência ao quesito ou padrão exigido ao longo dessas especificações;

7.4. Deverá ser comprovado pelo LICITANTE, conforme descrito acima, o atendimento das características técnicas obrigatórias dos itens de comprovação constantes neste termo de referência;

7.5. Os preços propostos devem incluir todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem em única e total contraprestação pelo fornecimento dos materiais ou serviços, incluindo no caso que couber a previsibilidade da instalação;

7.6. O prazo de validade da proposta é para 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua entrega (art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93);

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. MAX.	MARCA / MODELO	Valor	
					Unitário	Total
1	1	**TELEFONE IP BÁSICO**	1250			
	2	**TELEFONE IP AVANÇADO**	195			
2	1	**GATEWAY FXS 24 PORTAS**	98			
	2	**GATEWAY FXS 8 PORTAS**	55			
	3	**GATEWAY FXS 4 PORTAS**	45			
	4	**GATEWAY FXO 4 PORTAS**	45			
	5	**GATEWAY SIP/ISDN**	38			
	6	**GATEWAY SIP/GSM**	43			

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 28 / 76

8. DA ENTREGA

8.1. Os OBJETOS deverão ser entregues, para as aquisições da PMES, na CELOG (Centro de Logística) no endereço: Rua 6, LOTE 13B, Bairro Civit II, município de Serra, Estado do Espírito Santo, CEP 29.168-028.

8.2. Os demais participantes deverão informar a CONTRATADA o local de entrega localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória-ES;

8.3. Ao proceder com a entrega dos equipamentos a CONTRATADA, DEVERÁ constar no recibo de entrega, nota de fornecimento, nota fiscal ou equivalente, o nome do servidor estadual que recebeu os dispositivos, devendo constar: NOME COMPLETO, NÚMERO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL, NÚMERO DA MATRÍCULA FUNCIONAL, FUNÇÃO que exerce; SETOR de trabalho; DATA; HORA e ASSINATURA;

8.4. Os documentos que comprovam as entregas dos dispositivos nos endereços citados anteriormente que tratam este Termo, deverão ser confeccionados em 03 (três) vias, sendo uma a ser entregue ao servidor do órgão que receber os itens, a segunda a ser enviada para a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da PMES, Setor de Comunicação (Av. Maruípe, 2.111, São Cristóvão, Vitória, ES, CEP 29.048-463), e a terceira para a própria CONTRATADA;

8.5. O prazo de entrega começará a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento emitido pela PMES.

8.6. A entrega dos objetos deverá ocorrer no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento. Poderá ser prorrogável por mais de 45 (quarenta e cinco) dias corridos. Para prorrogação do prazo, a CONTRATADA deverá solicitar formalmente a PMES, caberá a PMES prorrogar ou não o prazo de entrega;

9. DA GARANTIA

9.1. Para aqueles equipamentos onde não constem o prazo de garantia na especificação técnica, será adotado o prazo de 1 (um) ano contado a partir do recebimento definitivo dos equipamentos;

9.2. Caso os equipamentos apresentem problemas no prazo de garantia, os mesmos devem ser substituídos ou reparados no período máximo de 30 (trinta)

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 29 / 76

dias corridos, contado a partir da data de recebimento da comunicação da PMES;

9.3. Os equipamentos que serão enviados para garantia deverão ser retirados e entregues na Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC, na sede da PMES, situada no endereço: Av. Maruípe, 2.111, São Cristóvão, Vitória, ES, CEP 29.048-463 – Quartel do Comando Geral – QCG, e deverão ocorrer em dias úteis, observado os feriados nacionais, estaduais e municipal, entre segunda à sexta-feira, no horário compreendido entre 09h00min às 12h00mim e das 13h00min às 17h00min, conforme agendado pela contratante.

10. VALOR DE REFERÊNCIA

Conforme apresentado na análise crítica da pesquisa de preço (E-DOCS 2023-75C5Z6), temos:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	TODOS OS PARTICIPANTES	VALOR	
			QTD. MAX.	UNITÁRIO	TOTAL
1	1	**TELEFONE IP BÁSICO**	**1250**	R$ 526,30	R$ 657.875,00
	2	**TELEFONE IP AVANÇADO TIPO 1**	**195**	R$ 999,00	R$ 194.805,00
2	1	**GATEWAY FXS 24 PORTAS**	**98**	R$ 6.037,00	R$ 591.626,00
	2	**GATEWAY FXS 8 PORTAS**	**55**	R$ 4.903,00	R$ 269.665,00
	3	**GATEWAY FXS 4 PORTAS**	**45**	R$ 4.500,00	R$ 202.500,00
	4	**GATEWAY FXO 4 PORTAS**	**45**	R$ 4.670,00	R$ 210.150,00

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 30 / 76

	5	**GATEWAY SIP/ISDN**	**38**	R$ 12.995,00	R$ 493.810,00
	6	**GATEWAY SIP/GSM**	**43**	R$ 11.540,00	R$ 496.220,00

11. DO PREÇO

11.1. Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no ITEM 10. VALOR DE REFERÊNCIA, conforme apresentado na análise crítica da pesquisa de preço, e nele estão incluídas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

11.2. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, ressalvado o disposto no ITEM 12 deste instrumento.

11.3. A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições

12. DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

12.1.1. convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

12.1.2. frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;

12.1.3. convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

12.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 31 / 76

12.2.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

12.2.2. Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

12.3. Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

12.4. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

12.5. A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

12.5.1. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

12.5.2. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

12.6. **Não será concedida a revisão quando:**

12.6.1. ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

12.6.2. o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

12.6.3. ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 32 / 76

encargos atribuídos à parte interessada;

12.6.4. a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

13. DO REAJUSTE

13.1. O reajuste será adotado, obrigatoriamente, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias, desde que o decorrido 12 (doze) meses, a contar da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, ou da data do último reajustamento, conforme disciplina o §1º do Art.3º da Lei º 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

13.2. O reajuste do preço contratado levará em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

13.3. Compete à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo Contratante, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

13.4. O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº. 8.666/93, dispensada a análise prévia pela Procuradoria Geral do Estado.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 33 / 76

APÊNDICE A - ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO LOTE 1

1. LOTE 1 - ITEM 1 - TELEFONE IP BÁSICO

1.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1.1. Deve possuir no mínimo duas contas SIP;

1.1.2. Deve possuir as mensagens no idioma português do Brasil;

1.1.3. Possuir os Codecs G.711(A/μ), G.729AB, G.722 e G.726;

1.1.4. Tons de DTMF in-band, RFC 2833 e SIP INFO;

1.1.5. Possuir viva-voz full-duplex com supressão de eco;

1.1.6. Permitir a conversação em viva-voz, com alto falante e microfone embutidos;

1.1.7. Deve possuir microfone na base para permitir originar e receber chamadas de viva-voz com o monofone do aparelho no gancho;

1.1.8. Estabelecer ligações sem a retirada do monofone do gancho;

1.1.9. Possuir indicação visual de novas mensagens de voz enquanto a mensagem não for ouvida;

1.1.10. Permitir a seleção de diferentes toques de chamada;

1.1.11. Diferenciação de toques de chamadas internas e externas;

1.1.12. Possuir histórico de chamadas recebidas e originadas;

1.1.13. Possibilitar ajuste do volume dos toques e do áudio das chamadas em curso via monofone e via alto falante do viva-voz;

1.1.14. Possuir indicação da existência de "chamada em espera", informando ao usuário que há uma chamada entrante durante uma conversação. Deve ser exibido o nome ou o número do usuário que está fazendo a ligação;

1.1.15. Permitir a transferência de chamadas internas e externas;

1.1.16. Permitir colocar a chamada em espera;

1.1.17. Permitir inibir o microfone(mute);

1.1.18. Permitir rediscagem(redial);

1.1.19. Permitir Siga-me;

1.1.20. Permitir habilitar não perturbe (DND);

1.1.21. Possuir entrada para Headset;

1.1.22. Possuir tecla para habilitar ou desabilitar o headset;

1.1.23. Permitir conferência local;

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 34 / 76

1.1.24. Permitir identificação de origem por número e nome;

1.1.25. Permitir chamadas anônimas e rejeitar chamadas anônimas.

1.2. **CARACTERÍSTICAS FÍSICAS**

1.2.1. Possuir display gráfico LCD de 128 x 48 pixels de resolução ou superior;

1.2.2. Deve possuir monofone com fio;

1.2.3. Deve possuir no mínimo 4 (quatro) softkeys;

1.2.4. Deve possuir micro switch integrado de 2 portas 10/100 com auto-sense - uma para ligação da estação de trabalho e uma para ligação a rede local - possibilitando a ligação simultânea do aparelho e de um computador através de somente um ponto de rede;

1.2.5. Deve possuir 1(uma) porta RJ9 para handset;

1.2.6. Deve possuir 1 (uma) porta RJ9 para headset;

1.2.7. Deve vir acompanhado de suporte para apoio em mesa de trabalho;

1.2.8. Deve ter suporte a alimentação local através de fonte externa de alimentação. A fonte externa deve ser entregue junto do aparelho com padrão de plug ABNT atual. É de responsabilidade da contratada o fornecimento de quaisquer adaptadores necessários.

1.2.9. Deve possuir no mínimo as seguintes teclas:

*1.2.9.1. Teclado numérico de 0 a 9, teclas * (asterisco) e # (cerquilha);*

1.2.9.2. Possuir LED de indicação de sinalização de chamada entrante

1.2.9.3. Tecla de transferência;

1.2.9.4. Tecla para ajuste de volume;

1.2.9.5. Tecla de viva-voz;

1.2.9.6. Tecla de "mute";

1.2.9.7. Teclas para navegação das funcionalidades exibidas no display do aparelho;

1.2.10. Deve vir acompanhado de cabo apropriado CAT 5e ou superior, para ligação do aparelho ao cabeamento predial com no mínimo 1,5 metros de extensão com conectores RJ45;

1.2.11. Deve possuir suporte a alimentação através de PoE (Power Over Ethernet) padrão 802.3af;

1.2.12. Deverá possuir fonte de alimentação (bivolt) que operam na faixa de 110V

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 35 / 76

ac a 240 Vac, com chaveamento automático e frequência de 60 Hz. Não serão aceitos equipamentos com transformadores adaptadores de tensão. Ainda, as tomadas devem ser compatíveis com o padrão brasileiro, NBR14136.

1.2.13. Deve ser homologado pela ANATEL.

1.3. **PROTOCOLO, APLICAÇÃO E SEGURANÇA:**

1.3.1. Suporte para SIP v2 (RFC3261);

1.3.2. Sincronização de data e hora através de SNTP;

1.3.3. Transporte em TLS;

1.3.4. SRTP para voz;

1.3.5. Suporte a criptografia do tráfego de sinalização e conversação (mídia);

1.3.6. Suporte a marcação e priorização automática de pacotes através de DiffServ (QoS). Os pacotes de voz deverão ser priorizados em detrimento a outros pacotes e deverão ser marcados automaticamente;

1.3.7. Suporte a tagging dinâmico de VLAN através de 802.1Q. Desta forma os tráfegos de dados e de voz utilizarão VLANs distintas. Deve ser possível configurar quais os Ids utilizados nas VLANs.

1.4. **GERENCIAMENTO**

1.4.1. Deverá permitir atualização de seu firmware através de servidor TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS e através do equipamento de comutação telefônica;

1.4.2. Deve permitir auto provisionamento via TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS;

1.4.3. Capacidade de se auto registrar em qualquer um dos equipamentos de comutação entregues, solicitar seu endereço IP e demais informações operacionais através do protocolo DHCP;

1.4.4. Deve permitir o Reset de todas as configurações (reset factory);

1.4.5. Capacidade de configuração manual no próprio aparelho permitindo o seu funcionamento completo mesmo que não haja um servidor DHCP disponível.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 36 / 76

2. LOTE 1 - ITEM 2 - TELEFONE IP AVANÇADO TIPO 1

2.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

2.1.1. Deve suportar no mínimo 4 contas SIP;

2.1.2. Deve possuir as mensagens no idioma português do Brasil;

2.1.3. Possuir os Codecs G.711(A/μ), G.729AB, G.726 e G.722;

2.1.4. Tons de DTMF in-band, RFC 2833 e SIP INFO;

2.1.5. Qualidade de voz HD, para o monofone e autofalante;

2.1.6. Possuir viva-voz full-duplex com supressão de eco;

2.1.7. Permitir a conversação em viva-voz, com alto falante e microfone embutidos;

2.1.8. Deve possuir microfone na base para permitir originar e receber chamadas de viva-voz com o monofone do aparelho no gancho;

2.1.9. Estabelecer ligações sem a retirada do monofone do gancho;

2.1.10. Possuir indicação visual de novas mensagens de voz enquanto a mensagem não for ouvida;

2.1.11. Permitir a seleção de diferentes toques de chamada;

2.1.12. Permitir a diferenciação de toques de chamadas internas e externas;

2.1.13. Possuir histórico de chamadas recebidas e originadas;

2.1.14. Possibilitar ajuste do volume dos toques e do áudio das chamadas em curso via monofone e via alto falante do viva-voz;

2.1.15. Indicação de existência de "chamada em espera", informando ao usuário que há uma chamada entrante durante uma conversação. Deve ser exibido o nome ou o número do usuário que está fazendo a ligação;

2.1.16. Permitir a transferência de chamadas internas e externas;

2.1.17. Permitir colocar a chamada em espera;

2.1.18. Permitir inibir o microfone(mute);

2.1.19. Permitir rediscagem(redial);

2.1.20. Permitir Siga-me;

2.1.21. Permitir habilitar não perturbe (DND);

2.1.22. Deve possuir 1(uma) porta RJ9 para handset;

2.1.23. Deve possuir 1 (uma) porta RJ9 para headset;

2.1.24. Possuir tecla para habilitar ou desabilitar o headset;

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 37 / 76

2.1.25. Permitir conferência local;

2.1.26. Permitir identificação de origem por número e nome;

2.1.27. Permitir chamadas anônimas e rejeitar chamadas anônimas;

2.1.28. Cor predominantemente preta, cinza escuro ou semelhante;

2.1.29. Deverá possuir fonte de alimentação (bivolt) que operam na faixa de 110V ac a 240 Vac, com chaveamento automático e frequência de 60 Hz. Não serão aceitos equipamentos com transformadores adaptadores de tensão. Ainda, as tomadas devem ser compatíveis com o padrão brasileiro, NBR14136.

2.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

2.2.1. Possuir display gráfico LCD de 320 x 240 pixels de resolução ou superior, colorido, com tamanho mínimo de 2.8 polegadas;

2.2.2. Monofone com fio;

2.2.3. Deve possuir suporte a alimentação através de PoE (Power Over Ethernet) padrão 802.3af;

2.2.4. Possuir pelo no mínimo 4 (quatro) softkeys;

2.2.5. Micro switch integrado de 2 portas 10/100 com auto-sense - uma para ligação da estação de trabalho e uma para ligação a rede local - possibilitando a ligação simultânea do aparelho e de um computador através de somente um ponto de rede;

2.2.6. 1 porta RJ9 para handset;

2.2.7. 1 porta RJ9 para headset;

2.2.8. Deve vir acompanhado de suporte para apoio em mesa de trabalho;

2.2.9. Deve possuir no mínimo as seguintes teclas:

*2.2.9.1. Teclado numérico de 0 à 9, teclas * (asterisco) e # (cerquilha);*

2.2.9.2. Deve possuir no mínimo 20 teclas com led com BLF (Busy Lamp Field), pode ser fornecido acessório a parte para atender este item, o acessório deve ser do mesmo fabricante do aparelho ofertado, o acessório deve ser ligado diretamente no aparelho ofertado, também serão aceitos aparelhos que permitam a utilização de páginas nas teclas, onde cada tecla pode receber mais de uma configuração;

2.2.9.3. Deve possuir LED de indicação de sinalização de chamada entrante;

2.2.9.4. Deve possui tecla de transferência;

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 38 / 76

2.2.9.5. Deve possuir teclas para ajuste de volume;

2.2.9.6. Deve possuir tecla para ativar e desativa viva-voz;

2.2.9.7. Deve possuir tecla de "mute";

2.2.9.8. Deve possuir teclas para navegação das configurações exibidas no display do aparelho;

2.2.10. Deve vir acompanhado de cabo apropriado CAT 5e ou superior, para ligação do aparelho ao cabeamento predial com no mínimo 1,5 metros de extensão com conectores RJ45;

2.2.11. Deve ser homologado pela ANATEL.

2.3. **PROTOCOLO, APLICAÇÃO E SEGURANÇA:**

2.3.1. Deve possuir suporte para SIP v2 (RFC3261);

2.3.2. Deve possuir sincronização de data e hora através de SNTP;

2.3.3. Deve possuir transporte em TLS;

2.3.4. Deve possuir SRTP para voz;

2.3.5. Deve possuir suporte a criptografia do tráfego de sinalização e conversação (mídia);

2.3.6. Suporte a marcação e priorização automática de pacotes através de DiffServ (QoS). Os de voz deverão ser priorizados em detrimento a outros pacotes e deverão ser marcados automaticamente;

2.4. **GERENCIAMENTO**

2.4.1. Deverá permitir atualização de seu firmware através de servidor TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS e através do equipamento de comutação telefônica;

2.4.2. Deve permitir auto provisionamento via TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS;

2.4.3. Capacidade de se autoregistrar em qualquer um dos equipamentos de comutação entregues, solicitar seu endereço IP e demais informações operacionais através do protocolo DHCP;

2.4.4. Deve permitir o Reset de todas as configurações (reset factory);

2.4.5. Capacidade de configuração manual no próprio aparelho permitindo o seu funcionamento completo mesmo que não haja um servidor DHCP disponível.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 39 / 76

APÊNDICE B - ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO LOTE 2

1. LOTE 2 - ITEM 1 - GATEWAY FXS DE 24 PORTAS

1.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1.1. Deve ser do tipo appliance(hardware dedicado), não será aceito o uso de softwares instalados em plataformas de servidor ou PC, ou qualquer tipo de placa par instalação em PC;

1.1.2. Deve possuir no mínimo 24 canais FXS, caso o gateway possua conector do tipo Centronics 50 pinos ou similar, deverá ser fornecido o cabo confeccionado com o conector em uma das pontas, o cabo deve possuir comprimento mínimo de 2m, além de fornecer também voice papel para conexão com a rede telefônica;

1.1.3. Deve suportar 24 (vinte quatro) canais VoIP;

1.1.4. Suportar conexão a 2 (dois) servidores SIP distintos (keep alive);

1.1.5. Possuir os Codecs G.711a-law, μ-law, G.729A;

1.1.6. Deve possuir tempo de discagem;

1.1.7. Deve possuir diferenciação de toques para no mínimo chamadas internas e externas;

1.1.8. Deve ter Cancelamento de ECO com filtro padrão (G.168/2004) e filtro duplo (G.168/2002);

1.1.9. Geração de identificador de chamadas por DTMF;

1.1.10. Deverá permitir o registro por porta;

1.1.11. Deve permitir o ajuste de volume das linhas;

1.1.12. Deverá suportar Outbound Proxy;

1.1.13. Deverá possuir configuração de session time, via update ou re-invite;

1.1.14. Tons de DTMF in-band, out-band RFC 2833 e SIP INFO;

1.1.15. Deverá possuir transferência de chamada;

1.1.16. Deverá suportar protocolo de fax pass-through (T.38);

1.1.17. Deverá possuir ajuste do volume de áudio e volume de voz;

1.1.18. Deverá possuir tempo de flash ajustável;

1.1.19. Deve possuir garantia de 3 (três) anos;

1.1.20. Deve possuir certificação da Anatel;

1.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 40 / 76

1.2.1. Micro switch integrado de 2 (duas) portas ethernet 10/100/1000 permitindo configurar duas redes distintas;

1.2.2. Deve possuir no mínimo 3 (três) Leds, sendo um para o estado do gateway, outro para estado dos canais de telefonia e outro para alerta de erros;

1.2.3. Deve possuir botão de reset;

1.2.4. Suporte a alimentação local através de fonte externa de alimentação. A fonte externa deve ser entregue junto do aparelho com padrão de plug ABNT atual. É de responsabilidade da contratada o fornecimento de quaisquer adaptadores necessários.

1.2.5. Deve ser compatível com rack de 19", podendo utilizar acessório. Faz parte do fornecimento todos os acessórios necessários para instalação em rack de 19";

1.2.6. Todos os aparelhos deverão possuir fontes de alimentação que operam na faixa de 110Vac a 240 Vac, com chaveamento automático e frequência de 60 Hz. Não serão aceitos equipamentos com transformadores adaptadores de tensão. O aterramento deverá ser comum a todos os equipamentos. Ainda, as tomadas devem ser compatíveis com padrão brasileiro, NBR14136.

1.3. **PROTOCOLO, APLICAÇÃO E SEGURANÇA:**

1.3.1. Deve possuir suporte para SIP v2 (RFC3261);

1.3.2. Deve possuir sincronização de data e hora através de SNTP;

1.3.3. Deve fazer SIP sobre TCP;

1.3.4. Deve possuir suporte a Keep Alive;

1.3.5. Deve fazer transporte em TLS;

1.3.6. Deve possuir SRTP para voz;

1.3.7. Deve possuir suporte a criptografia do tráfego de sinalização e conversação (mídia);

1.3.8. Deve suportar a marcação e priorização automática de pacotes através de DiffServ (QoS). Os de voz deverão ser priorizados em detrimento a outros pacotes e deverão ser marcados automaticamente;

1.3.9. Suporte a tagging dinâmico de VLAN através de 802.1Q. Desta forma os

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 41 / 76

tráfegos de dados e de voz utilizarão VLANs distintas. Deve ser possível configurar quais os Ids utilizados nas VLANs;

1.3.10. Deve possuir recurso de proteção contra DoS/DDoS;

1.3.11. O equipamento deve ocultar a topologia da rede na troca de sinalização em chamadas VoIP/VoIP;

1.3.12. Deve permitir controle e acesso a interface web por usuário;

1.3.13. Deve fazer controle de acesso ACL (lista de permissões e lista de bloqueios);

1.3.14. Deve ter suporte a VPN.

1.4. **GERENCIAMENTO**

1.4.1. Deverá permitir atualização de seu firmware através de servidor TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS e através do equipamento de comutação telefônica;

1.4.2. Deve permitir auto provisionamento via TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS;

1.4.3. Capacidade de se registrar automaticamente em qualquer um dos equipamentos de comutação entregues, solicitar seu endereço IP e demais informações operacionais através do protocolo DHCP;

1.4.4. Deve permitir visualizar as informações de status de pelo menos as seguintes opções: Informações Gerais, Estado das Linhas e Estado do Hardware;

1.4.5. Deve possuir um log local para eventos do sistema, ou opção de envio via syslog ou email ou SNMP;

1.4.6. Quando houver acesso à interface de gerenciamento web deverá ser através de login e senha;

1.4.7. Deve permitir o Reset de todas as configurações (reset factory);

1.4.8. A configuração, diagnóstico e administração do equipamento deve ser feita através de uma interface web simplificada que utilize o protocolo http ou https;

1.4.9. O equipamento deve possuir ferramentas para realizar diagnóstico de problemas;

1.4.10. Deve permitir a visualização do status das chamadas através da interface web;

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 42 / 76

1.4.11. Deve permitir a customização e exportação de CDR e log;

1.4.12. Deve provisionar a importação e exportação das configurações;

2. LOTE 2 - ITEM 2 - GATEWAY FXS DE 8 PORTAS

2.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

2.1.1. Deve ser do tipo appliance(hardware dedicado), não será aceito o uso de softwares instalados em plataformas de servidor ou PC, ou qualquer tipo de placa par instalação em PC;

2.1.2. Deve possuir no mínimo 8 canais FXS, as portas devem ser do tipo rj11 para interconexão dos aparelhos de telefônicos analógicos, caso o gateway possua conector do tipo Centronics ou RJ45, deverá ser fornecido o cabo confeccionado com o conector, o cabo deve possuir comprimento mínimo de 2m, voice papel ou patch papel para conexão com a rede interna;

2.1.3. Possuir os Codecs G.711a-law, µ-law, G.729A;

2.1.4. Deve possuir tempo de discagem;

2.1.5. Deve possuir diferenciação de toques para no mínimo chamadas internas e externas;

2.1.6. Deve possuir cancelamento de eco padrão G.168, ajuste de tail-lenght até 128ms;

2.1.7. Geração de identificador de chamadas por DTMF;

2.1.8. Deverá permitir o registro por porta;

2.1.9. Deverá suportar Outbound Proxy;

2.1.10. Deverá possuir configuração de session time, via update ou re-invite;

2.1.11. Tons de DTMF in-band, out-band RFC 2833 e SIP INFO;

2.1.12. Deverá possuir transferência de chamada;

2.1.13. Deverá suportar protocolo de fax pass-through (T.38);

2.1.14. Deverá possuir ajuste do volume de áudio e volume de voz;

2.1.15. Deverá possuir tempo de flash ajustável;

2.1.16. Deve ter garantia de 3 anos;

2.1.17. Deve possuir certificação da Anatel;

2.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

2.2.1. Micro switch integrado de 2 (duas) portas ethernet 10/100/1000;

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 43 / 76

2.2.2. Suporte a alimentação local através de fonte externa de alimentação. A fonte externa deve ser entregue junto do aparelho com padrão de plug ABNT atual. É de responsabilidade da contratada o fornecimento de quaisquer adaptadores necessários.

2.2.3. Deve possuir no mínimo 3 (três) Leds, sendo um para o estado do gateway, outro para estado dos canais de telefonia e outro para alerta de erros;

2.2.4. Deve possuir botão de reset;

2.2.5. Deve ser compatível com rack de 19", podendo utilizar acessório. Faz parte do fornecimento todos os acessórios necessários para instalação em rack de 19";

2.2.6. Todos os aparelhos deverão possuir fontes de alimentação que operam na faixa de 110V ac a 240 Vac, com chaveamento automático e frequência de 60 Hz. Não serão aceitos equipamentos com transformadores adaptadores de tensão. O aterramento deverá ser comum a todos os equipamentos. Ainda, as tomadas devem ser compatíveis com padrão brasileiro, NBR14136.

2.3. **PROTOCOLO, APLICAÇÃO E SEGURANÇA:**

2.3.1. Deve possuir recurso de proteção contra DoS/DDoS;

2.3.2. O equipamento deve ocultar a topologia da rede na troca de sinalização em chamadas VoIP/VoIP;

2.3.3. Precisa trabalhar com os protocolos SIP, TLS e SRTP (DTLS, DES, 3DES, AES-128 ou AES-256);

2.3.4. Deve permitir controle e acesso a interface web por usuário e senha;

2.3.5. Deve fazer controle de acesso ACL (lista de permissões e lista de bloqueios)

2.3.6. Deve ter proteção contra pacotes mal formados e Rogue RTP Protection;

2.4. **GERENCIAMENTO**

2.4.1. Deverá permitir atualização de seu firmware através de servidor TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS e através do equipamento de comutação telefônica;

2.4.2. Deve permitir auto provisionamento via TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS;

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 44 / 76

2.4.3. Capacidade de se autoregistrar em qualquer um dos equipamentos de comutação entregues, solicitar seu endereço IP e demais informações operacionais através do protocolo DHCP;

2.4.4. Deve permitir visualizar as informações de status de pelo menos as seguintes opções: Informações Gerais, Estado das Linhas e Estado do Hardware;

2.4.5. Deve possuir um log local para eventos do sistema, ou opção de envio via syslog ou email ou SNMP;

2.4.6. Quando houver acesso à interface de gerenciamento web deverá ser através de login e senha;

2.4.7. Deve permitir o Reset de todas as configurações (reset factory);

2.4.8. A configuração, diagnóstico e administração do equipamento deve ser feita através de uma interface web simplificada que utilize o protocolo http ou https;

2.4.9. O equipamento deve possuir ferramentas para realizar diagnóstico de problemas;

2.4.10. Deve permitir a visualização do status dos troncos e canais através da interface web;

2.4.11. Deve permitir a customização e exportação de CDR e log;

2.4.12. Deve provisionar a importação e exportação das configurações;

3. LOTE 2 - ITEM 3 - GATEWAY FXS DE 4 PORTAS

3.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

3.1.1. Deve ser do tipo appliance(hardware dedicado), não será aceito o uso de softwares instalados em plataformas de servidor ou PC, ou qualquer tipo de placa par instalação em PC;

3.1.2. Deve possuir no mínimo 4 canais FXS, as portas devem ser do tipo rj11 para interconexão dos aparelhos de telefônicos analógicos, caso o gateway possua conector do tipo Centronics ou RJ45, deverá ser fornecido o cabo confeccionado com o conector, o cabo deve possuir comprimento mínimo de 2m, voice papel ou patch papel para conexão com a rede interna;

3.1.3. Possuir os Codecs G.711a-law, μ-law, G.729A;

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 45 / 76

3.1.4. Deve possuir tempo de discagem;

3.1.5. Deve possuir diferenciação de toques para no mínimo chamadas internas e externas;

3.1.6. Deve possuir cancelamento de eco padrão G.168, ajuste de tail-lenght até 128ms;

3.1.7. Geração de identificador de chamadas por DTMF;

3.1.8. Deverá permitir o registro por porta;

3.1.9. Deverá suportar Outbound Proxy;

3.1.10. Deverá possuir configuração de session time, via update ou re-invite;

3.1.11. Tons de DTMF in-band, out-band RFC 2833 e SIP INFO;

3.1.12. Deverá possuir transferência de chamada;

3.1.13. Deverá suportar protocolo de fax pass-through (T.38);

3.1.14. Deverá possuir ajuste do volume de áudio e volume de voz;

3.1.15. Deverá possuir tempo de flash ajustável;

3.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

3.2.1. Micro switch integrado de 2 (duas) portas ethernet 10/100/1000;

3.2.2. Suporte a alimentação local através de fonte externa de alimentação. A fonte externa deve ser entregue junto do aparelho com padrão de plug ABNT atual. É de responsabilidade da contratada o fornecimento de quaisquer adaptadores necessários.

3.2.3. Deve possuir no mínimo 3 (três) Leds, sendo um para o estado do gateway, outro para estado dos canais de telefonia e outro para alerta de erros;

3.2.4. Deve possuir botão de reset;

3.2.5. Deve ser compatível com rack de 19", podendo utilizar acessório. Faz parte do fornecimento todos os acessórios necessários para instalação em rack de 19";

3.2.6. Todos os aparelhos deverão possuir fontes de alimentação que operam na faixa de 110V ac a 240 Vac, com chaveamento automático e frequência de 60 Hz. Não serão aceitos equipamentos com transformadores adaptadores de tensão. O aterramento deverá ser comum a todos os equipamentos. Ainda, as tomadas devem ser

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 46 / 76

compatíveis com o padrão brasileiro, NBR14136.

3.2.7. Deve ter garantia de 3 anos

3.2.8. Deve possuir certificação da Anatel;

3.3. **PROTOCOLO, APLICAÇÃO E SEGURANÇA:**

3.3.1. Deve possuir suporte para SIP v2 (RFC3261);

3.3.2. Deve possuir sincronização de data e hora através de SNTP;

3.3.3. Deve fazer SIP sobre TCP;

3.3.4. Deve possuir suporte a Keep Alive;

3.3.5. Deve fazer transporte em TLS;

3.3.6. Deve possuir SRTP para voz;

3.3.7. Deve possuir suporte a criptografia do tráfego de sinalização e conversação (mídia);

3.3.8. Deve suportar a marcação e priorização automática de pacotes através de DiffServ (QoS). Os de voz deverão ser priorizados em detrimento a outros pacotes e deverão ser marcados automaticamente;

3.3.9. Suporte a tagging dinâmico de VLAN através de 802.1Q. Desta forma os tráfegos de dados e de voz utilizarão VLANs distintas. Deve ser possível configurar quais os Ids utilizados nas VLANs;

3.4. **GERENCIAMENTO**

3.4.1. Deverá permitir atualização de seu firmware através de servidor TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS e através do equipamento de comutação telefônica;

3.4.2. Deve permitir auto provisionamento via TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS;

3.4.3. Capacidade de se autoregistrar em qualquer um dos equipamentos de comutação entregues, solicitar seu endereço IP e demais informações operacionais através do protocolo DHCP;

3.4.4. Deve permitir visualizar as informações de status de pelo menos as seguintes opções: Informações Gerais, Estado das Linhas e Estado do Hardware;

3.4.5. Deve possuir um log local para eventos do sistema, ou opção de envio via syslog ou email ou SNMP;

3.4.6. Quando houver acesso à interface de gerenciamento web deverá ser

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 47 / 76

através de login e senha;

3.4.7. Deve permitir o Reset de todas as configurações (reset factory);

3.4.8. A configuração, diagnóstico e administração do equipamento deve ser feita através de uma interface web simplificada que utilize o protocolo http ou https;

3.4.9. O equipamento deve possuir ferramentas para realizar diagnóstico de problemas;

3.4.10. Deve permitir a visualização do status dos troncos e canais através da interface web;

3.4.11. Deve permitir a customização e exportação de CDR e log;

3.4.12. Deve provisionar a importação e exportação das configurações;

4. LOTE 2 - ITEM 4 - GATEWAY FXO DE 4 PORTAS

4.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

4.1.1. Deve ser do tipo appliance(hardware dedicado), não será aceito o uso de softwares instalados em plataformas de servidor ou PC, ou qualquer tipo de placa par instalação em PC;

4.1.2. Deve possuir no mínimo 4 canais FXO, as portas devem ser do tipo rj11 para interconexão dos aparelhos de telefônicos analógicos, caso o gateway possua conector do tipo Centronics, deverá ser fornecido o cabo confeccionado com o conector, o cabo deve possuir comprimento mínimo de 6m;

4.1.3. Possuir os Codecs G.711a-law, μ-law, G.729A;

4.1.4. Cada módulo deve suportar no mínimo 4 portas FXO com conector RJ11);

4.1.5. Deve possuir detecção da identificação de chamadas;

4.1.6. Deve possuir recurso para bloqueio de chamada a cobrar;

4.1.7. O sensor de ring mínimo deve trabalhar na configuração 13,5 Vrms@ 13-68 Hz.

4.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

4.2.1. Micro switch integrado de 2 (duas) portas ethernet 10/100/1000;

4.2.2. Suporte a alimentação local através de fonte externa de alimentação. A fonte externa deve ser entregue junto do aparelho com padrão de plug ABNT atual. É de responsabilidade da contratada o fornecimento de

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 48 / 76

quaisquer adaptadores necessários.

4.2.3. Deve possuir no mínimo 3 (três) Leds, sendo um para o estado do gateway, outro para estado dos canais de telefonia e outro para alerta de erros;

4.2.4. Deve possuir botão de reset;

4.2.5. Deve ser compatível com rack de 19", podendo utilizar acessório. Faz parte do fornecimento todos os acessórios necessários para instalação em rack de 19";

4.2.6. Todos os aparelhos deverão possuir fontes de alimentação que operam na faixa de 110V ac a 240 Vac, com chaveamento automático e frequência de 60 Hz. Não serão aceitos equipamentos com transformadores adaptadores de tensão. O aterramento deverá ser comum a todos os equipamentos. Ainda, as tomadas devem ser compatíveis com o padrão brasileiro, NBR14136.

4.2.7. Deve ter garantia de 3 anos

4.2.8. Deve possuir certificação da Anatel;

4.3. **PROTOCOLO, APLICAÇÃO E SEGURANÇA:**

4.3.1. Deve possuir suporte para SIP v2;

4.3.2. Deve possuir sincronização de data e hora através de SNTP;

4.3.3. Deve fazer SIP sobre TCP;

4.3.4. Deve possuir suporte a Keep Alive;

4.3.5. Deve fazer transporte em TLS;

4.3.6. Deve possuir SRTP para voz;

4.3.7. Deve possuir suporte a criptografia do tráfego de sinalização e conversação (mídia);

4.3.8. Deve suportar a marcação e priorização automática de pacotes através de DiffServ (QoS). Os de voz deverão ser priorizados em detrimento a outros pacotes e deverão ser marcados automaticamente;

4.3.9. Suporte a tagging dinâmico de VLAN através de 802.1Q. Desta forma os tráfegos de dados e de voz utilizarão VLANs distintas. Deve ser possível configurar quais os Ids utilizados nas VLANs;

4.4. **GERENCIAMENTO**

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 49 / 76

4.4.1. Deverá permitir atualização de seu firmware através de servidor TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS e através do equipamento de comutação telefônica;

4.4.2. Deve permitir auto provisionamento via TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS;

4.4.3. Capacidade de se autoregistrar em qualquer um dos equipamentos de comutação entregues, solicitar seu endereço IP e demais informações operacionais através do protocolo DHCP;

4.4.4. Deve permitir visualizar as informações de status de pelo menos as seguintes opções: Informações Gerais, Estado das Linhas e Estado do Hardware;

4.4.5. Deve possuir um log local para eventos do sistema, ou opção de envio via syslog ou email ou SNMP;

4.4.6. Quando houver acesso à interface de gerenciamento web deverá ser através de login e senha;

4.4.7. Deve permitir o Reset de todas as configurações (reset factory);

4.4.8. A configuração, diagnóstico e administração do equipamento deve ser feita através de uma interface web simplificada que utilize o protocolo http ou https;

4.4.9. O equipamento deve possuir ferramentas para realizar diagnóstico de problemas;

4.4.10. Deve permitir a visualização do status dos troncos e canais através da interface web;

4.4.11. Deve permitir a customização e exportação de CDR e log;

4.4.12. Deve provisionar a importação e exportação das configurações;

5. LOTE 2 - ITEM 5 - GATEWAY SIP/ISDN

5.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

5.1.1. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces E1

5.1.2. Conector tipo BNC coaxial – resistência elétrica: 75Ohms

5.1.3. Codificação de linha HDB3

5.1.4. Estrutura de quadros segundo a norma ITU-T G. 704

5.1.5. Referência de relógio interna ou externa

5.1.6. Desempenho de Jitter segundo a norma ITU-T G. 823

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 50 / 76

5.1.7. Deve ter cancelamento de ECO com filtro padrão (G.168/2004) e filtro duplo (G.165/2002);

5.1.8. O equipamento deve permitir configurações avançadas para interconexão de rede TDM (E1, ISDN, R2, PRI) para SIP 2.0 e vice versa;

5.1.9. Deve possuir pelo menos 2 (duas) interfaces de rede do tipo Ethernet Gigabit 10/100/1000;

5.1.10. Possuir a capacidade de realizar 120 chamadas simultâneas;

5.1.11. SIP utilizando o protocolo TCP;

5.1.12. Configurações avançadas da sinalização ISDN e R2 •;

5.1.13. Bloqueio de chamada a cobrar por duplo atendimento na sinalização R2

5.1.14. Acesso Primário ISDN com variantes de sinalização

5.1.14.1. Euro-ISDNISO

5.1.14.2. ISO Q.SIG

5.1.14.3. National ISDN-1

5.1.14.4. National ISDN-2

5.1.15. Sinalização R2

5.1.15.1. R2-Digital

5.1.15.2. CAS R2-MFC

5.1.16. Múltiplas contas SIP

5.1.17. Buffer de jitter adaptativo

5.1.18. Supressão de silêncio

5.1.19. Configuração de limitação de banda

5.1.20. Inserção e remoção de TAGs VLAN

5.1.21. Suporta NAT

5.1.22. Roteamento de chamadas pelo número de origem

5.1.23. Roteamento pelo número de destino

5.1.24. Manipulação dos números de origem e destino

5.1.25. Bloqueio de chamadas a cobrar

5.1.26. Deve ser compatível com os Codecs G.711a-law, G.711 µ-law, G.729, G.726 e G.723.1;

5.1.27. Deve trabalhar com os protocolos SIP, TLS e SRTP (DTLS, DES, 3DES, AES-128 ou AES-256);

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 51 / 76

5.1.28. Acesso seguro por HTTPS ou SSH;

5.1.29. Deve permiti cadastro de no mínimo 40 rotas;

5.1.30. Acesso à interface web através de senha;

5.1.31. Deve possuir controle de acesso – ACL;

5.1.32. Deve possibilitar a ocultação de topologia de rede em roteamento VoIP/VoIP (SBC);

5.1.33. Deve possuir suporte para SIP v2 (RFC3261);

5.1.34. Tons de DTMF in-band, RFC 2833 e SIP INFO;

5.1.35. Suporte a TLS e SRTP;

5.1.36. Deve possuir recurso de proteção contra DoS/DDoS;

5.1.37. Deve possuir dashboard com estado dos canais e estatísticas das chamadas

5.1.38. Deve implementar o roteamento de chamadas de saída de acordo com o prefixo do número chamado;

5.1.39. Proteção contra pacotes mal formados

5.1.40. Deve possuir alimentação que operam na faixa de 110V ac a 240 Vac, com chaveamento automático com frequência de 60 Hz. Não serão aceitos equipamentos com transformadores adaptadores de tensão. Ainda, as tomadas devem ser compatíveis com o padrão brasileiro, NBR14136.

5.1.41. Deve possuir no mínimo 3 (três) Leds, sendo um para o estado do gateway, outro para estado dos canais de telefonia e outro para alerta de erros;

5.1.42. Deve possuir botão de reset;

5.1.43. Deve fazer detecção contra intrusão fail2ban;

5.1.44. Deve possuir recursos para controle de qualidade por chamada com limitação de banda QoS (Quality of Service);

5.1.45. Controle de Sinalização acústica realizada por hardware através de DSP´s.

5.1.46. Deve ter proteção contra pacotes mal formados e Rogue RTP Protection;

5.1.47. Monitoração do destino com Keep Alive

5.1.48. Deve possuir seleção de modo de envio DTMF: In band, Out band – RTP (RFC 2833) ou Out band – SIP Info;

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 52 / 76

5.1.49. Deve possuir Transcoding (conversão entre os codecs G.711, G.729, G723.1 e G726)

5.1.50. Deve ser compatível com rack de 19", podendo utilizar acessório. Faz parte do fornecimento todos os acessórios necessários para instalação em rack de 19";

5.1.51. Deve ter garantia de 3 anos

5.1.52. Deve possuir certificação da Anatel;

6. LOTE 2 - ITEM 6 - GATEWAY SIP/GSM

6.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

6.1.1. Deve possuir no mínimo 8 portas GSM, deve permitir no mínimo 8 chamadas simultâneas para rede GSM;

6.1.2. Possuir 8 antenas com potência de mínima 5 dbm;

6.1.3. Deve possuir suporte para v2 (RFC3261);

6.1.4. Possuir suporte aos codecs G.711U, G.711A, GSM, G.722, G.726, G.729;

6.1.5. Tons de DTMF in-band, RFC 2833 e SIP INFO;

6.1.6. Todas as interfaces dos gateways GSM devem ser quad band, 850/900/1800/1900/2100MHz;

6.1.7. Deve possuir interface do tipo Ethernet 10/100 Mbps;

6.1.8. Possibilita múltiplos registros SIP

6.1.9. Deve possibilitar a criação e configuração de grupos de canais ou SIMcards;

6.1.10. Deve implementar o roteamento de chamadas de saída de acordo com o prefixo do número chamado;

6.1.11. As interfaces devem possuir entradas para antenas com conectores padrão SMA (macho) de 50Ω de forma a permitir a instalação de antenas externas, deve ser fornecido com antena para uso interno;

6.1.12. Deve possuir alimentação que operam na faixa de 110V ac a 240 Vac, com chaveamento automático com frequência de 60 Hz. Não serão aceitos equipamentos com transformadores adaptadores de tensão. Ainda, as tomadas devem ser compatíveis com o novo padrão brasileiro, NBR14136.

6.1.13. Deve possuir Led de indicação de Status doas portas GSM;

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 53 / 76

6.1.14. Deve permitir a criação de Blacklist e Whitelist;

6.1.15. Deve permitir o bloqueio do ID;

6.1.16. Deve ser compatível com rack de 19", podendo utilizar acessório. Faz parte do fornecimento todos os acessórios necessários para instalação em rack de 19";

6.1.17. Deve ter suporte a VPN;

6.1.18. Possibilitar limite de duração para chamadas;

6.2. **GERENCIAMENTO**

6.2.1. Deverá permitir atualização de seu firmware através de servidor TFTP, FTP, HTTP ou HTTPS e através do equipamento de comutação telefônica;

6.2.2. Capacidade de se autoregistrar em qualquer um dos equipamentos de comutação entregues, solicitar seu endereço IP e demais informações operacionais através do protocolo DHCP;

6.2.3. Configuração simples pela Interface Web;

6.2.4. Backup e upload de arquivos de configuração;

6.2.5. CDR com armazenamento para até 200 mil linhas;

6.2.6. Possuir Logs de sistema, de modems e de chamadas;

6.2.7. Deve possuir um log local para eventos do sistema, ou opção de envio via syslog ou email ou SNMP;

6.2.8. Quando houver acesso à interface de gerenciamento web deverá ser através de login e senha;

6.2.9. Deve permitir o Reset de todas as configurações (reset factory);

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 54 / 76

APÊNDICE C – DO TREINAMENTO TÉCNICO

1. DO TREINAMENTO TÉCNICO

1.1. O curso técnico para os lotes I e II deverão ter carga horária mínima de 16 horas-aulas, para um grupo de 12 (doze) representantes da CONTRATANTE, de forma presencial, podendo ser dividido em turmas;

1.2. O curso deverá ser realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a primeiro recebimento definitivo dos equipamentos, podendo ser adiado por 10 (dez) dias úteis a critério da CONTRATANTE desde que devidamente justificado os motivos do adiamento por parte da CONTRATADA;

1.3. O curso tem o objetivo de prover aos usuários indicados pela CONTRATANTE a habilidade para instalar e detectar falhas nos objetos do respectivo lote.

1.4. Deverá ser dada especial ênfase ao uso do software e configuração dos equipamentos e seu papel no diagnóstico e otimização dos recursos, com curso completo, inclusive aulas práticas em laboratório montado pela CONTRATADA.

1.5. **Tópicos mínimos obrigatórios do curso para cada LOTE:**

1.5.1. Introdução ao Protocolo SIP;

1.5.2. Funcionalidades e recursos de cada item;

1.5.3. Configuração, instalação e habilitação de cada item;

1.5.4. Resolução de problemas comuns;

1.6. A CONTRATADA deverá fornecer a cada aluno material didático editado em português, impresso (devidamente encadernado) e digitalizado, completo e que abranja todo o conteúdo ministrado;

1.7. Ficará a cargo da CONTRATADA fornecer sala de aula para o curso, ficando a cargo da CONTRATADA os recursos necessários para a instrução. Caso o curso seja realizado fora da cidade de Vitória - ES, a CONTRATADA deverá arcar com os custos de transporte, alimentação e caso seja necessário o pernoite com a estadia;

1.8. A CONTRATADA deverá fornecer certificado, individual, após a conclusão do Treinamento.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 55 / 76

ANEXO II – MODELOS DO EDITAL

ANEXO II.A – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

___ de _____ de _____.

PREGÃO Nº 042/2023

Empresa: (_____Nome da Empresa_____)

À (Nome do Órgão)

Prezados Senhores,

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global.

1.2 - Documentos exigidos para Habilitação (conforme Anexo III do Edital).

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento da mesma.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

Atenciosamente,

_____

Identificação e assinatura

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 56 / 76

ANEXO II.B – DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

NOME:

NÚMERO DE IDENTIDADE:

ÓRGÃO EMISSOR:

CPF:

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:

Vitória, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura e Carimbo

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 57 / 76

ANEXO II.C – MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 7º, XXXIII, DA CF

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes ( ).

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Vitória, ____ de _____ de _____.

_____

Licitante interessado

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 58 / 76

ANEXO III – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se no certame, após a fase de disputa, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

1 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.

Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

1.1.3 - Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;

1.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

1.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

1.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

1.2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

1.2.5 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 59 / 76

1.2.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

1.2.6.1 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

1.2.6.2 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

1.2.6.2.1 - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

1.2.6.2.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

1.2.6.2.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

1.2.6.2.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

1.2.6.2.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista;

1.2.6.2.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

1.2.6.2.7 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 60 / 76

1.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.3.1 - Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, produto igual ou semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador.

1.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.4.1 - Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

1.4.2 - No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

1.4.3 - Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

1.5 - DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CF

1.5.1 - Declaração de que inexiste, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854/1999), conforme modelo constante no Anexo II do Edital.

2 - DAS REGRAS RELATIVAS AO CRC/ES

2.1 - Os licitantes que desejarem se cadastrar perante o Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo (CRC/ES) deverão seguir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual 2.394-R/2009 e demais normas complementares.

2.2 - Os licitantes cadastrados no CRC/ES poderão deixar de apresentar a documentação exigida nos itens 1.1 e 1.2.

2.3 - Somente serão dispensados os documentos exigidos no item 1.2, que se encontrarem dentro do prazo de sua validade.

2.4 - Caso algum documento apresentado junto ao CRC/ES já esteja vencido, esse deverá ser apresentado junto ao Pregoeiro para fins de comprovar sua regularidade habilitatória.

2.5 - O CRC/ES não exime os interessados de apresentar a documentação relativa à qualificação técnica (item 1.3) exigida, salvo se previamente encaminhada ao Núcleo de Cadastro e devidamente cadastrada.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 61 / 76

2.6 - Em todo o caso, fica o licitante - cadastrado ou habilitado parcialmente - obrigado a declarar, sob as penalidades legais, a eventual ocorrência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

2.7 - Declarando o licitante que possui cadastro no CRC/ES, competirá ao Pregoeiro verificar a veracidade da afirmação por meio de consulta ao referido Sistema, devendo ser juntados aos autos os comprovantes da consulta.

3 - DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

3.1 - Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos.

3.2 - Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

3.2.1 - Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, (http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpcao.aspx) ou do site do SINTEGRA (http://www.sintegra.gov.br), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.

3.2.2 - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

3.3 - Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

3.3.1 - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Art. 3º da LC 123/06;

3.3.2 - Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

3.3.3 - Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

3.3.4 - Cópia do contrato social e suas alterações; e

3.3.5 - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/06.

3.4 - Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 62 / 76

3.5 - O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no art. 93 da Lei 8.666/1993, quando for o caso.

3.6 - Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.

3.7 - A licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada deverá atender ao que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e § 1º e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, comunicando à Receita Federal, sendo o caso, no prazo legal, sua exclusão do Simples Nacional, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas e retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 63 / 76

ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP nº ___/_____
Pregão nº 042/2023
Processo nº **2023-N8P0R**

Pelo presente instrumento, O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PMES**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **27.476.373/0001-90**, com sede na **Avenida Maruípe, nº 2.111, Maruípe, Vitória-ES, CEP 29.047-475**, legalmente pelo seu Comandante Geral **Cel PM DOUGLAS CAUS, brasileiro, casado, Funcionário Público Estadual, CPF/MF nº 946.689.497-87**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, **REGISTRO DE PREÇOS DE SUPRIMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES**, sob nº. ....., RESOLVE registrar os preços das empresas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

(a) Anexo A – Especificação dos preços;

(b) Anexo B – Minuta de Ordem de Fornecimento;

(c) o Edital e todos os seus Anexos;

(d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 64 / 76

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

3.1.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.1.2 - frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;

3.1.3 - convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 65 / 76

3.5.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência e Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 66 / 76

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF\ X\ \frac{12}{100}\ X\ \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.
VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.
ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 67 / 76

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO EQUIPAMENTO

9.1 - A entrega é de responsabilidade da empresa vencedora do certame. Os OBJETOS deverão ser entregues, para as aquisições da PMES, na Divisão de Materiais e Patrimônio Mobiliário da PMES no endereço: Rua Geraldo Del Puppo, nº 1263, Setor 2, CIVIT II, Serra/ES, CEP: 29168-074, telefone (27) 3298-3602. As entregas deverão ocorrer sempre em dias úteis no período compreendido entre 09h e 16h.

9.2 - A entrega dos objetos deverá ocorrer no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento. Poderá ser prorrogável por mais de 45 (quarenta e cinco) dias corridos. Para prorrogação do prazo, a CONTRATADA deverá solicitar formalmente a PMES, caberá a PMES prorrogar ou não o prazo de entrega.

9.3 - Ao proceder com a entrega dos equipamentos a CONTRATADA, DEVERÁ constar no recibo de entrega, nota de fornecimento, nota fiscal ou equivalente, o nome do servidor estadual que recebeu os dispositivos, devendo constar: NOME COMPLETO, NÚMERO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL, NÚMERO DA MATRÍCULA FUNCIONAL, FUNÇÃO que exerce; SETOR de trabalho; DATA; HORA e ASSINATURA.

9.4 - Os documentos que comprovam as entregas dos dispositivos nos endereços citados anteriormente que tratam este Termo, deverão ser confeccionados em 03 (três) vias, sendo uma a ser entregue ao servidor do órgão que receber os itens, a segunda a

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 68 / 76

ser enviada para a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da PMES, Setor de Comunicação (Av. Maruípe, 2.111, São Cristóvão, Vitória, ES, CEP 29.048-463), e a terceira para a própria CONTRATADA.

9.5 - O produto deverá ser entregue devidamente embalado, para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, lacrado e corresponder às especificações e quantitativos constantes na ordem de fornecimento.

9.6 - Os produtos que não atenderem aos critérios de validade, embalagens danificadas ou outras irregularidades deverão ser substituídos pela empresa ganhadora do certame, o não atendimento torna irregular o recebimento e a empresa fica passível de sanção.

9.7 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.7.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.7.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.8 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.9 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.10 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DA GARANTIA

10.1 - Para aqueles equipamentos onde não constem o prazo de garantia na especificação técnica, será adotado o prazo de 1 (um) ano contado a partir do recebimento definitivo dos equipamentos;

10.2 - Caso os equipamentos apresentem problemas no prazo de garantia, os mesmos devem ser substituídos ou reparados no período máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da data de recebimento da comunicação da PMES;

10.3 - Os equipamentos que serão enviados para garantia deverão ser retirados e entregues na Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC, na sede da PMES, situada no endereço: Av. Maruípe, 2.111, São Cristóvão, Vitória, ES, CEP

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 69 / 76

29.048-463 – Quartel do Comando Geral – QCG, e deverão ocorrer em dias úteis, observado os feriados nacionais, estaduais e municipal, entre segunda à sexta-feira, no horário das 09h às 12h e das 13h às 17h, conforme agendado pela contratante.

10.4 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.5 - Compete à Contratada:

(a) entregar os equipamentos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;

(b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

(c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;

(d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.

10.6 - Compete à Contratante:

(a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

(b) definir o local para entrega dos equipamentos adquiridos;

(c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

11.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

11.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

11.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

11.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

(a) advertência;

(b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 70 / 76

(c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

(d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

(e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

11.2.1 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

11.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

11.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

11.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

11.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 71 / 76

infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993;

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

11.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

11.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

11.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

11.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

12 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

12.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

12.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

12.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 72 / 76

12.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

12.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

13 - DA RESCISÃO

13.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

13.2 - DOS ADITAMENTOS

13.3 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

13.4 - DOS RECURSOS

13.5 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

13.6 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.7 - A execução do contrato será acompanhada pelo(a) (UNIDADE DO ÓRGÃO), designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

13.8 - DO FORO

13.9 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.10 - E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, ____ de _____ de _____.

_____

ÓRGÃO GERENCIADOR

_____

FORNECEDOR

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 73 / 76

ANEXO "A" DA ARP

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº ....., celebrada entre a (NOME DA SECRETARIA/ÓRGÃO/ENTIDADE) e a empresas cujos preços estão a seguir registrados por lote/item, em face à realização do Pregão ..... .

LOTE 1 - .....

ESPECIFICAÇÃO:

FORNECEDOR	QUANT.	MARCA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
XXXX	XXX	XXX	XXX	XXX

LOTE 2 - .....

ESPECIFICAÇÃO:

FORNECEDOR	QUANT.	MARCA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
XXXX	XXX	XXX	XXX	XXX

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 74 / 76

ANEXO "B" DA ARP – MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento nº ____ / _____.

Ref. Ata de Registro de Preços nº ____ / _____.

À
Empresa

Endereço:

CNPJ	Telefone

Autorizamos V.S.ª a fornecer o produto adiante discriminado, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital e Anexo I do Pregão nº 042/2023, da Ata de Registro de Preços acima referenciada e sua proposta no Processo nº 2023-N8P0R.

I – DO OBJETO

(TRANSCREVER AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTANTES NO ANEXO I)

Marca/referência: _____;

Quantidade/Unidade	Valor Unitário em R$	Valor Total em R$
_____	_____	_____

II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Dotação Orçamentária: As despesas para aquisição dos produtos decorrentes da presente ordem de fornecimento correrão à conta da Atividade **2902**, Fonte **1.5.00**, Natureza de Despesa **3.3.90.30.00, no Orçamento da PMES para 2023.**

III – DAS DEMAIS CONDIÇÕES
As condições de recebimento dos produtos, bem como de pagamento, obedecerão ao disposto na ata de registro de preços em epígrafe.
Recebi o original desta Ordem de Fornecimento, ciente das condições estabelecidas.

(Local), __ de _____ de _____

_____
Órgão

Recebi o original desta Ordem de Fornecimento, ciente das condições estabelecidas.

(Local), __ de _____ de _____.

_____
CONTRATADA

2023-NJ5K2K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 13/09/2023 10:03 PÁGINA 75 / 76

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

BRUNO CARDOSO PORTELA
PRESIDENTE (COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO DA PMES)
PM-ES - PMES - GOVES
assinado em 13/09/2023 10:03:19 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 13/09/2023 10:03:19 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARCO AURELIO ARTIGAS DA ROCHA FILHO (MEMBRO (COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO - CPP NO ÂMBITO DA PMES) - PM-ES - PMES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2023-NJ5K2K